

## **Democracia, diálogo e educação**

Lúcia de Cássia da Silva Fonsêca<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Embora seja um tema antigo, a democracia tem se configurado como objeto significativo de debates na contemporaneidade, o que se dá em parte pelos constantes ataques e ameaças que vem sendo desencadeados pelo mundo inteiro, no qual tem se espalhado uma onda severa e devastadora de defensores e idealizadores de regimes autoritários, líderes populistas que disseminam ideias extremamente apáticas aos direitos humanos e em geral antidemocráticas, o que tem colocado em risco nossas instituições democráticas que garantem o mínimo para que possamos reivindicar nossos direitos enquanto cidadãos.

Neste trabalho, pretende-se considerar a democracia não apenas como um conceito fechado em si mesmo, mas mostrar que o mesmo não deve permanecer restrito ao âmbito governamental, mas deve estender-se às esferas sociais, educacionais, religiosas etc. Abordando ainda alguns problemas e desafios que assolam a sua efetivação na sociedade, à exemplo das tantas desigualdades que a permeiam. Pretende-se ainda, destacar o quão imprescindível é a participação e presença da sociedade civil na política, interagindo e cooperando nas decisões coletivas em prol do bem comum, a fim de defender e fortalecer as instituições democráticas. Por fim, aponta-se a educação como ferramenta indispensável no processo de aperfeiçoamento da democracia, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica através da leitura de obras referidas ao assunto, textos, revistas e artigos científicos.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba, e bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) – subprojeto de Filosofia [fonseca.kas23@gmail.com](mailto:fonseca.kas23@gmail.com)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo democracia aparece pela primeira vez entre o final do século V e o início do século IV a.C, na Grécia antiga, e tomou sua forma clássica no auge político da cidade de Atenas. O conceito nasce da junção de dois termos gregos, *demos* que significa povo, multidão, muitos, e *kratía*, que é traduzido como governo, força ou poder. Deste modo, em sua origem a democracia surge como um regime político que representa o poder que é exercido pelo povo, um governo que é conquistado pela maioria, e não com base em uma tradição ou ancestralidade como é o caso da monarquia e da oligarquia, de modo que representa “um poder que surge do povo, é exercido pelo povo e deve ocorrer de acordo com os interesses populares”. (BECKER, RAVELOSON, 2011, p. 05)

Além de regime político, ao decorrer do tempo, a democracia passa a agregar outros significados, além de possuir como essência a necessidade de assegurar os direitos humanos, de modo que os cidadãos tenham uma garantia de que os mesmos não sejam subjugados ou subordinados ao poder de qualquer governo, é associada a adjetivos como diversidade, tolerância e respeito às diferenças, assim como pressuposto de diálogo. Esta observação nos leva ao corolário de que a democracia não deve ser definida apenas como um regime político em que governantes são eleitos pela maioria dos cidadãos, mas deve abranger as esferas sociais, religiosas, culturais, e educacionais, pois refere-se a um ideário de igualdade e liberdade que engloba todos os cidadãos, sem distinção de cor, descendência, gênero, sexualidade etc.

Movimentos sociais a exemplo do movimento feminista, LGBTQIA+<sup>2</sup>, e movimentos anti-racistas são considerados por muitos democratas, uma tentativa de

---

<sup>2</sup> LGBTQIA+ é um movimento político e social que defende a diversidade e a luta por mais representatividade e direitos para este grupo, em uma tentativa de alcançar e ampliar principalmente o direito de igualdade e liberdade a todos e todas, sem nenhum tipo de desrespeito ou discriminação. A sigla representa respectivamente Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (incluindo travestis e pessoas não-binárias, que se compreendem além da divisão hétero-normativa homem-mulher), Queer (aqueles que transitam entre as noções de gênero), Intersexo (pessoas que estão entre o gênero feminino e masculino, possuindo uma composição biológica que foge ao padrão binário), Assexual (pessoas que não sentem nenhum tipo de atração sexual por outras pessoas, independente do gênero), e o símbolo + (mais) que

realizar a democracia em sua plenitude, lutando para que direitos igualitários sejam concedidos a todos, incluindo os grupos minoritários e as camadas mais carentes da sociedade. De acordo com Estêvão (2011):

[...]a política só será verdadeiramente democrática se implicar a deliberação pública acerca do bem comum, requerendo, por isso, a igualdade manifesta entre cidadãos. Trata-se, então, de uma democracia como processo que cria um público, que discute o bem comum em vez de promover o bem privado, e cuja legitimidade deriva de todos os possíveis afectados pelas suas regulações a aceitarem como participantes racionais. (ESTEVÃO, 2011, p. 17)

Como dito anteriormente, a democracia não está restrita apenas à forma de governo, mas deve estar articulada com o objetivo de amenizar as desigualdades sociais, que podem ser fator limitativo para a sua concretização, de modo que desigualdades econômicas acentuadas contribuem para desigualdades políticas e sociais crescentes, o que provoca o pouco ou quase nenhum acesso da maioria da população à educação e à informação de qualidade.

Os avanços da democracia política devem estar articulados à criação de condições mínimas de bem-estar para a população em geral. Embora o voto seja, sobretudo, a expressão de liberdade e igualdade que sem dúvida alguma deve ser concedido a todos, não é suficiente para que todos os problemas que limitam a democracia sejam resolvidos. É necessário que o Estado implemente políticas sociais compensatórias que busquem diminuir os grandes problemas ocasionados pela desigualdade social e econômica. Contudo, não basta ao Estado garantir direitos formais, é necessário instituir o direito à vida, às necessidades básicas, como saúde, moradia, alimento e educação. Conseqüentemente, liberdade e igualdade estão estritamente ligadas uma a outra, e ambas são pilares para a democracia. Deste modo, pode-se concluir que os avanços da democracia política devem estar articulados à criação de condições mínimas de bem-estar para a população em geral, de maneira que pode-se reforçar a ideia anteriormente afirmada de que a efetivação da democracia depende diretamente de uma série de outros fatores que não podem ser negligenciados. Conforme Neto (1997):

Nessa perspectiva, à discussão sobre a ampliação da dimensão política da democracia deve ser incorporado um outro elemento de igual importância: a condição sócio-econômica dos atores sociais que estão envolvidos no jogo democrático. Além da elevação do número de eleitores e das instâncias onde

---

inclui outras identidades e orientações sexuais diversas que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo e não aparecem na sigla.

eles devem exercer o seu direito de voto, é preciso levar em conta o crescimento qualitativo do eleitorado, no que diz respeito ao seu nível de vida, de escolarização e às condições objetivas de participar das decisões políticas, dos processos administrativos e de exercer o controle sobre os seus representantes. (NETO, 1997, p. 300)

As agendas de pesquisa voltadas para o fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia encontram-se diretamente vinculadas à ideia de participação, seja como presença direta da sociedade na gestão pública, seja como um processo gradativo de aprimoramento da consciência política dos cidadãos através da educação para exercer parte de seu poder político através do voto: “Afinal, as eleições são o mecanismo mais igualitário de acesso à política. Talvez não sejam efetivas, mas são igualitárias.” (PRZEWORSKI, apud LAVALLE, HOUTZAGER e CASTELLO, 2006, p. 75)

Especificamente, a participação de grupos e camadas da população que sintam-se mais mal representados pelas instituições políticas, integram a base para estimular o melhor funcionamento por parte dessas instituições. Nessa perspectiva a sociedade civil é problematizada como uma esfera de revitalização e renovação política, atuando como um instrumento de luta contra qualquer aparelho opressor do Estado, e busca pela implementação de direitos como liberdade e igualdade para todos, funcionando como base para a concretização da democracia.

De acordo com Bobbio (2001a), a sociedade é marcada pelo dissenso, visto que as subjetividades dos indivíduos são compostas por elementos contrastantes, opiniões e interesses particulares que na maioria das vezes tornam-se conflituosos, daí a necessidade de acordos que possam equilibrar tais impasses. A solução para estas circunstâncias conflituosas seria o diálogo, pressuposto da democracia, que pode ser desenvolvido através da participação política. Dentro deste cenário, a tolerância apresenta-se como pressuposto para que as regras da democracia funcionem de modo efetivo, a ausência desta tende a provocar conflitos ideológicos radicalizados, resultando em polarizações extremas que podem contribuir para uma gradativa ruptura da democracia.

A breve análise das questões abordadas anteriormente nos leva ao corolário de que a governabilidade da democracia depende da existência de recursos que incentivem, fortaleçam e viabilizem a participação social cidadã, no intuito de “repolitizar” a esfera pública ampliando o seu alcance. E a educação como um lugar natural de constituição

de valores emancipatórios é capaz de ocupar esse papel, conseqüentemente a escola pode ser considerada como um espaço público democrático, apto para desenvolver o debate, o diálogo, a convivência, a interação e o intercâmbio de idéias. Conforme afirma Saviani (2012, p.76) “Se a educação é mediação, isso significa que ela não se justifica por si mesma, mas tem sua razão de ser nos efeitos que se prolongam para além dela e que persistem mesmo após a cessação da ação pedagógica”.

Neste sentido a educação pode atuar como ferramenta imprescindível para preparar os cidadãos para uma atitude comunicativa pautada no diálogo, no reconhecimento do outro como digno de respeito e atenção, a desenvolverem a capacidade de participação e atuação coletiva, e sobretudo consciência crítica, e tolerância para que acordos que favoreçam o bem comum sejam possíveis ainda que diante das diferenças, fundados no princípio de democracia. É necessário priorizar novas estratégias que desenvolvam uma educação política e democrática, que fortaleça subjetividades críticas e incentive a participação popular, fomentando políticas públicas que contribuam concretamente para a transformação social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das questões brevemente expostas, pode-se concluir que a democracia não pode e nem deve estar restrita ao âmbito governamental, nem tampouco está salvaguardada com a existência de uma Constituição ou leis formais que a idealizem, por conseguinte é indispensável refletir sobre a necessidade de uma ampliação das dimensões da democracia, que devem estar conectadas entre a esfera social, política e cultural, desenvolvendo mecanismos que gerem condições favoráveis e igualitárias de incentivo e qualificação para a participação da sociedade civil. Enfim, pode-se sugerir a educação como uma ferramenta que pode ser utilizada no aperfeiçoamento da democracia, inicialmente a partir da oportunidade estendida a todos de serem inseridos em escola de qualidade, que forme cidadãos ativos, críticos, participantes, tolerantes e abertos ao diálogo, elementos indispensáveis para uma democracia.



**Palavras-chave:** Democracia, Igualdade, Educação.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Paula; RAVELOSON, Jean-Aimé A. **O quê é democracia.** Realizado por KMF-CNOE & NOVA STELLA, em colaboração com a Fundação Friedrich Ebert Madagáscar (FES) e com a participação de FriedelDaiber, Universidade de Trier. Luanda, Edição portuguesa: 2011.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política.** Rio de Janeiro: Campus, 2001a.

ESTÊVÃO, Carlos V. **Democracia, Direitos Humanos e Educação. Para uma perspectiva crítica de educação para os direitos humanos.** Revista Lusófona de Educação [online]. 2011, (17), 11-30[fecha de Consulta 15 de Agosto de 2021]. ISSN: 1645-7250. Disponible en: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34920906003>>

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. **Democracia, pluralização da representação e sociedade civil.** Lua Nova, São Paulo, 67: 263-269, 2006.

NETO, Antônio Cabral. **Democracia: velhas e novas controvérsias.** *Estudos de Psicologia* 1997, 2(2), 287-312.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** – 42. Ed. – Campinas, SP: Autores associados, 2012. – (Coleção polêmicas da nosso tempo; 5)